

# Dorothea e Egberto vão ao Congresso

Depois de uma segunda-feira quase parada, a Câmara dos Deputados retoma suas atividades normais na terça-feira, com a estréia da ex-ministra do Trabalho e atual secretária Nacional de Economia, Dorothea Werneck, depondo na Comissão de Ciência e Tecnologia, às 9h30. Ela, junto com o secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, deverão discutir a lei de informática, que já tramita na casa em regime de urgência. Meia hora depois, às 10h, o secretário de desenvolvimento regional, Egberto Baptista, depõe na Comissão de Viação e Transportes da Câmara, sobre a Zona Franca de Manaus.

Na próxima terça, também, às 10h, será instalada a Comissão Mista de Orçamento, que reúne 120 parlamentares (90 deputados e 30 senadores) no Auditório Petronio Portela, no Senado. A comissão, cujo presidente será o senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), inicia seus trabalhos já examinando a Lei



*Dorothea e Egberto: atrações da semana no Congresso*

de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O relator é o deputado João Alves (PFL-BA). Ainda no mesmo dia, às 15h, a Subcomissão do Serviço Público, da Comissão de Trabalho da Câmara, discute o projeto de Lei 910/91, que trata do reajuste salarial do servidor público.

O debate é uma reunião preparatória para encontro a se realizar na quarta, entre os parlamentares e os secretários Nacional de Economia, Dorothea Werneck, de Política Econômica, Roberto Macedo e de Administração, Pedro Maranhão.

O governador Joaquim Francisco, de Pernambuco, ainda na terça-feira, fala sobre o narco-

tráfico, às 17h, na comissão parlamentar de inquérito da Câmara que investiga o assunto. Ele vai tratar de denúncia do deputado Agostinho Valente (PT—MG), de que jornalistas de Pernambuco estão sendo ameaçados de morte por noticiarem tráfico de drogas no estado.

No dia seguinte, quarta-feira, o ministro da Saúde, Alcení Guerra, fala na CPI da Fome, às 10h, sobre a política governamental e as consequências da saúde da população infantil. Também à mesma hora, a Comissão de Finanças e Tributação examina a criação de uma nova região de Justiça do Trabalho.